

4 — As taxas devidas pela concessão de autorização especial pelos demais caçadores nacionais são as seguintes:

Caça de salto à codorniz — 3000\$;
Caça de espera aos tordos — 3000\$;
Caça de espera ao javali — 15 000\$.

Tabela a que se refere a alínea h) do n.º 11.º da Portaria n.º 893/98, de 10 de Outubro

As taxas suplementares são as seguintes:

Caça de espera ao javali:
Trofeu de 4 cm a 6,5 cm — 15 000\$;
Trofeu de 6,6 cm a 7,8 cm — 25 000\$;
Trofeu superior a 7,8 cm — 40 000\$.

Tabela a que se referem as alíneas i) e j) do n.º 11.º da Portaria n.º 893/98, de 10 de Outubro

As taxas eventuais são as seguintes:

Caça de espera ao javali:
Por cada tiro falhado — 2500\$;
Por cada animal ferido e não cobrado — 15 000\$;
Por desobediência ao guia — 10 000\$.

Zona de caça social da Ribeira do Freixo (n.º 2048-DGF)

Tabela a que se refere o n.º 3.º da Portaria n.º 893/98, de 10 de Outubro

5 — As taxas devidas pela concessão de autorização especial de caça pelos caçadores proprietários, usufrutuários e arrendatários dos terrenos integrados na ZCS, pelos caçadores sócios de clubes ou associações participantes na gestão da ZCS não associados em zonas de caça integradas na 2.ª região cinegética e ainda pelos caçadores com residência registada na carta de caçador na freguesia de Idanha-a-Nova, do município de Idanha-a-Nova, são as seguintes:

Caça de espera ao javali — 5000\$.

6 — As taxas devidas pela concessão de autorização especial pelos caçadores residentes nas restantes freguesias do município de Idanha-a-Nova não associados em zonas de caça integradas na 2.ª região cinegética são as seguintes:

Caça de espera ao javali — 7500\$.

7 — As taxas devidas pela concessão de autorização especial pelos caçadores não residentes no município de Idanha-a-Nova não associados em zonas de caça integradas na 2.ª região cinegética são as seguintes:

Caça de espera ao javali — 10 000\$.

8 — As taxas devidas pela concessão de autorização especial pelos demais caçadores nacionais são as seguintes:

Caça de espera ao javali — 15 000\$.

Tabela a que se refere a alínea h) do n.º 11.º da Portaria n.º 893/98, de 10 de Outubro

As taxas suplementares são as seguintes:

Caça de espera ao javali:
Trofeu de 4 cm a 6,5 cm — 15 000\$;
Trofeu de 6,6 cm a 7,8 cm — 25 000\$;
Trofeu superior a 7,8 cm — 40 000\$.

Tabela a que se referem as alíneas i) e j) do n.º 11.º da Portaria n.º 893/98, de 10 de Outubro

As taxas eventuais são as seguintes:

Caça de espera ao javali:
Por cada tiro falhado — 2500\$;
Por cada animal ferido e não cobrado — 15 000\$;
Por desobediência ao guia — 10 000\$.

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 3 de Setembro de 1999. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Victor Manuel Coelho Barros*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Portaria n.º 816/99

de 24 de Setembro

O Decreto-Lei n.º 284/99, de 26 de Julho, veio estabelecer o regime enquadrador dos centros hospitalares e dos grupos de hospitais, permitindo o reforço da articulação e complementaridade dos estabelecimentos hospitalares do Serviço Nacional de Saúde, em função da sua proximidade em termos de localização geográfica, respectivas valências e diferenciação tecnológica.

Concretamente quanto aos Hospitais de Santa Luzia de Viana do Castelo e do Conde de Bertiandos, de Ponte de Lima, verifica-se estarem reunidas as condições para que passem a integrar um grupo sujeito a coordenação comum, considerando, em especial, a necessidade de reforçar a complementaridade já existente e a área de influência por eles abrangida, no quadro de transformação da respectiva unidade funcional de saúde no Sistema Local de Saúde do Alto Minho, nos termos do Decreto-Lei n.º 156/99, de 10 de Maio.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 284/99, de 26 de Julho:

Manda o Governo, pela Ministra da Saúde, o seguinte:
1.º É criado o Grupo dos Hospitais do Alto Minho, integrando o Hospital de Santa Luzia de Viana do Castelo e o Hospital do Conde de Bertiandos, de Ponte de Lima.

2.º Os hospitais integrados mantêm a sua natureza de pessoas colectivas públicas, dotadas de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, bem como os respectivos órgãos de administração e direcção técnica, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 284/99, de 26 de Julho.

3.º O Grupo dos Hospitais do Alto Minho é um grupo de hospitais sob coordenação comum, regendo-se pelos artigos 10.º a 17.º do Decreto-Lei n.º 284/99, de 26 de Julho.

A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*, em 30 de Agosto de 1999.